

Histórico

As primeiras experiências com o planejamento institucional começaram com o planejamento físico da Universidade, ainda na primeira reitoria, em 1971, com a criação do Gabinete de Estudos e Projetos, que se ocupou com a ampliação do Campus Cidade, para que todos os cursos oriundos das cinco faculdades que deram origem à Universidade pudessem funcionar em um mesmo local.

Em 1973 foi criado o Gabinete de Planejamento – GAPLAN, que tinha a responsabilidade principal de realizar o planejamento físico do emergente Campus Carreiros. Em 1974, o GAPLAN apresentou também o primeiro orçamento programa da Universidade.

Em 1977, com a primeira reforma estatutária, foi criada a Sub-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – SURPLADE, órgão responsável pelo planejamento global das atividades universitárias. A SURPLADE foi constituída com duas superintendências, a Superintendência de Planejamento – SUPLAN e a Superintendência Técnica – SUPETEC, sendo a primeira incumbida das atividades referentes ao planejamento e orçamento da universidade e pela definição de uma política de padronização de equipamentos, e a segunda destinada estritamente à realização de projetos de engenharia e arquitetura e à execução de obras. Já nessa época, os primeiros passos eram dados no sentido de planejar a Universidade, sendo o orçamento um valioso instrumento de planejamento. Também devem ser mencionados, os planos de atividades, que eram elaborados pelas unidades, onde estavam previstas atividades a serem desenvolvidas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão e que serviam como referência para a elaboração do orçamento da Universidade.

Permeando este desenvolvimento das atividades de planejamento, alguns acontecimentos constituíram-se em marcos estratégicos que fundamentaram as políticas institucionais dos últimos tempos. O primeiro deles foi a definição da Filosofia e Política da FURG, aprovada em 1987 pelo Conselho Universitário, através da Resolução 14/87. O documento é pioneiro na definição da vocação institucional, dos objetivos institucionais e das estratégias a serem desenvolvidas, constituindo-se no primeiro texto em que a missão institucional e a visão de futuro começam a se revelar. O Projeto Pedagógico Institucional também está ali esboçado nas estratégias setoriais de ação para o ensino, a pesquisa e a extensão.

Em 1988 o COEPE aprova o “Detalhamento da Filosofia e Política de Ensino, Pesquisa e Extensão da URG” (Deliberação 13/88), contendo objetivos e linhas de ação que caracterizam os primeiros movimentos da operacionalização das atividades de planejamento institucional.

Em 1998, merece destaque, a criação dos Programas Institucionais (Resolução 008/98, de 20/5/98), que tinham como objetivo o fomento de algumas linhas prioritárias como Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação, Apoio e Desenvolvimento de Grupos e Comunidades de Risco, Auxílio a Grupos Emergentes, Recém-Doutor, Iniciação Científica, Incentivo ao Desenvolvimento de Novas Tecnologias Relacionadas ao Mundo do Trabalho. Estabeleceu-se um marco na prática de distribuição orçamentária interna, com o lançamento de editais para o apoio a cada uma dessas linhas. O principal projeto apoiado originou o que hoje é o Centro de Formação e Orientação Pedagógica (CFOP).

Em 1999, o CONSUN apreciou o relatório da Comissão de Avaliação da Filosofia e Política para a FURG, que está anexo à Resolução 12/99, de 7/6/99. Este documento apresenta um diagnóstico histórico resumido da Instituição, revelando que a decisão de 1987 orientou as principais decisões institucionais, refletindo-se em aspectos objetivos como a qualificação do corpo docente, com o conseqüente crescimento da pós-graduação, sempre dirigido para o chamado ecossistema costeiro. Outro ponto importante identificado foi o despertar do interesse pelas questões regionais naquelas áreas de natureza mais universal. Concluindo, o documento reforça a necessidade de fortalecer a identidade institucional, consolidando-se pela sua excelência e justificando-se pela sua responsabilidade social.

O Planejamento Estratégico começou a ganhar uma estrutura formal com a elaboração do Plano Institucional da FURG 2000-2002. Em dezembro de 1998, ocorreu o seminário “FURG 30 anos: Repensando o Futuro”, reunindo os membros do Conselho Universitário. Neste evento, a partir da elaboração de um diagnóstico da Instituição, foi identificada “a necessidade de se dotar a administração da Universidade de instrumentos capazes de melhorar o desempenho institucional”. Seguiu-se o processo de construção do Plano Estratégico Institucional 2000-2002. A metodologia adotada foi a de realizar entrevistas estruturadas com administradores, representantes das associações dos professores e funcionários e amostra intencional do corpo discente. Uma primeira versão foi apresentada à administração superior e a proposta final foi submetida ao Conselho Universitário e aprovada em 8 de dezembro de 1999 (Resolução 30/99, de 13 de dezembro de 1999). Na sua introdução, o documento aprovado explicitava a necessidade de complementação através de “planos setoriais e operacionais, com definição clara das metas, ações, indicadores e responsáveis”, o que não foi realizado.

Em 2002, a partir de iniciativa da Superintendência de Planejamento, foi desenvolvido um processo de revisão do Plano Institucional para o período 2003-2006, tendo como premissa fundamental a participação da comunidade universitária e da sociedade na sua formulação. Inicialmente foi constituído o Comitê de Planejamento, através da Portaria 265, de 21 de março de 2002, que “trabalhou na construção de espaços de reflexão e debate, sobretudo trazendo à discussão grandes temas, que correspondessem a instrumentos de sensibilização e mobilização das comunidades interna e externa à Universidade”. Em 12 de junho de 2002, foi aberto o processo com a realização de uma mesa-redonda que contou com a participação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação – SESu, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES e do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES, todos através de seus responsáveis máximos. A seguir foram realizados os seguintes seminários setoriais, em que foi abordada a temática “Realidade e Perspectivas da FURG”: a) A Visão dos Docentes; b) A Visão dos Técnicos Administrativos e Marítimos; c) A Visão dos Discentes. d) A Visão da Sociedade; e) A Visão do Colégio Técnico Industrial “Prof. Mario Alquati” – CTI.

Em cada seminário foram constituídos grupos de trabalho, que receberam um elenco de questões, as quais foram discutidas e resultaram em relatórios conclusivos, apresentados em plenário.

Com base nestes relatórios, o Comitê de Planejamento elaborou uma minuta do Plano Institucional 2003-2006, que foi amplamente discutida com as unidades administrativas envolvidas com a temática e com os coordenadores e relatores dos grupos de trabalho. A fase final do processo constou de reuniões preliminares não deliberativas com o Conselho Universitário, de forma que a versão final foi apresentada para aprovação unânime em 10 de janeiro de 2003 (Resolução 002/2003, de 10 de janeiro de 2003).

O processo de revisão do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) teve início em dezembro de 2009, quando a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração

apresentou às demais Unidades da Reitoria a proposta de revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional 2007-2010, com o intuito de projetar horizontes mais longos que os quatro anos já estabelecidos nos Planos anteriores. Esta proposta teve por base o contexto atual da Universidade integrada à realidade local, regional e nacional, que tem exigido um planejamento de curto, médio e longo prazo. A necessidade de se rever o PDI também trouxe para a discussão a revisão do Projeto Pedagógico Institucional, como forma de orientar os novos desafios da Universidade. Para a realização do processo, por indicação do Pró-Reitor da PROPLAD, o COEPEA deliberou, em reunião realizada a 26 de março de 2010, pela criação do Comitê Assessor de Planejamento (Deliberação COEPEA 51/2010), com atribuições de elaborar a proposta dos Planos Institucionais e acompanhar e avaliar a sua execução. Na mesma reunião foi aprovado o Programa de Avaliação Institucional, que previa para o primeiro semestre de 2010 a realização da autoavaliação institucional. Para isso, foram constituídas as Comissões Internas de Avaliação e Planejamento em todas as unidades acadêmicas e administrativas. Essas comissões tiveram como responsabilidade conduzir as atividades do processo de avaliação e da revisão do PPI e do PDI junto às unidades acadêmicas e administrativas.

O resultado do processo de autoavaliação constituiu um diagnóstico das potencialidades e fragilidades que subsidiaram a revisão do PPI e do PDI.

Em 14 de maio foi nomeado o Comitê Assessor de Planejamento, pela portaria 952/2010, cuja composição buscou a representatividade das áreas do conhecimento e a amplitude das atividades desenvolvidas na Universidade, incluindo servidores técnico-administrativos em educação, docentes, discentes e representantes da sociedade (indicados pelo Conselho de Integração Universidade/Sociedade).

A primeira ação do Comitê foi organizar a metodologia de trabalho para integrar as manifestações da comunidade universitária e da sociedade acerca da Universidade. O Comitê decidiu pela realização de seminários nas unidades acadêmicas e administrativas e com a sociedade, envolvendo as Comissões Internas de Avaliação e Planejamento.

Para orientar as discussões nos seminários internos, o Comitê elaborou um documento constituído por um texto inicial que reafirmou o compromisso social da Universidade como ente público e questões que visavam a estimular os participantes a refletir sobre aspectos relevantes para a elaboração dos Planos Institucionais, com destaque no papel da Universidade Pública para o desenvolvimento do país; nos valores a serem construídos nas relações entre os segmentos da comunidade universitária e com a sociedade; nos perfis de servidores e de estudantes, necessários para o cumprimento do respectivo papel e nos princípios que devem orientar o ensino, a pesquisa e a extensão na Universidade Pública. O referido documento também instigou a responder sobre o papel a ser desempenhado pela Universidade, a médio e longo prazos (quatro e doze anos), identificando oportunidades e desafios externos considerando as conjunturas global, nacional, regional e local, e o ambiente interno, com suas potencialidades e fragilidades.

No período de setembro a novembro de 2010, as unidades acadêmicas realizaram seminários elaborando relatórios com as suas manifestações, encaminhados ao Comitê.

Em 15 de outubro foi realizado o seminário com a sociedade, com o tema “A FURG que você quer e ajuda a construir”, propondo uma reflexão sobre a missão e fins da Universidade. Foi solicitada a manifestação sobre questões referentes ao papel da Universidade no desenvolvimento da sociedade; às ações a realizar para consolidar o cumprimento da sua missão e ampliação da sua contribuição no desenvolvimento da região e do país; e às formas de contribuição da sociedade para que a Universidade cumpra o seu papel social.

Em 21 de outubro foi realizada reunião com representantes dos diretórios acadêmicos, para esclarecimentos e motivação para participação dos estudantes no processo.

Nos dias 8 e 9 de novembro, foi realizado o Seminário da Reitoria, reunindo todas as unidades administrativas, no qual se refletiu sobre os mesmos temas abordados nas unidades acadêmicas.

Concluído o ciclo de seminários, a partir de dezembro de 2010, com base nos relatórios apresentados, o Comitê de Planejamento passou a se reunir semanalmente, analisando criteriosamente a documentação, categorizando e estruturando pré-propostas de PPI e PDI. Durante esse período, como forma de qualificar a proposta, o Comitê buscou assessoramento de diversos membros da comunidade universitária, em aspectos específicos.

Concluindo esta etapa, em 12 de setembro o Comitê estabeleceu a data de 23 de setembro para realização do seminário de apresentação da proposta de PPI e PDI à comunidade, resgatando o compromisso assumido no início do processo.

A realização do seminário contou com a participação da comunidade interna e externa no CIDECSul. Após a apresentação da proposta do PPI e PDI, foi aberto o prazo de duas semanas para a realização de contribuições pela comunidade interna e externa. Encerrado o prazo, as contribuições foram analisadas pelo Comitê Assessor de Planejamento, em reunião realizada no dia 21/10/2011. Após análise, o Comitê definiu as alterações a serem realizadas no documento (PPI e PDI).

O PPI 2011-2022 discutido e elaborado em articulação com PDI estabelece: filosofia; missão; visão; diretrizes; princípios orientadores do ensino, da pesquisa e da extensão; perfil dos servidores; perfil dos estudantes; avaliação e planejamento; e objetivos estratégicos que orientam as ações da Universidade para um planejamento de longo prazo. O PPI, embora com visão de 12 anos, pressupõem uma avaliação periódica vinculada as revisões obrigatórias a cada quadriênio do PDI.

Caracterizado por uma construção conjunta com o PPI e com uma projeção de 12 anos, o PDI 2011-2022 procurou preservar as características de simplicidade e objetividade que caracterizam o PDI 2007-2010, com a definição de Objetivos e Estratégias, remetendo-se para os Planos de Ação Anuais o detalhamento das metas a serem alcançadas em cada período.

O PDI 2011-2022 preserva a existência de Programas, agora em maior número, com finalidades previamente definidas e com definição das Unidades que serão responsáveis pela sua plena execução e prestação de contas ao final de cada exercício. Os trinta e dois Programas Institucionais são consequência direta dos Objetivos e Estratégias do PDI, e representam ações permanentes a serem contempladas durante o período de sua vigência.

Cumpridas todas estas etapas o Comitê Assessor de Planejamento entendeu que o trabalho de atualização do PPI e do PDI encontrava-se pronto, encaminhando-o a apreciação da autoridade máxima da Instituição.

A proposta final foi encaminhada ao Conselho Universitário, sendo aprovada por unanimidade em reunião realizada no dia 16/12/2011, conforme Resolução nº 016/2011 - CONSUN.

O processo de revisão do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) teve início em dezembro de 2009, quando a Pró-Reitoria de Planejamento e Administração apresentou às demais Unidades da Reitoria a proposta de revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional 2007-2010, com o intuito de projetar horizontes mais longos que os quatro anos já estabelecidos nos Planos anteriores. Esta proposta teve por base o contexto atual da Universidade integrada à realidade local, regional e nacional, que tem

exigido um planejamento de curto, médio e longo prazo. A necessidade de se rever o PDI também trouxe para a discussão a revisão do Projeto Pedagógico Institucional, como forma de orientar os novos desafios da Universidade. Para a realização do processo, por indicação do Pró-Reitor da PROPLAD, o COEPEA deliberou, em reunião realizada a 26 de março de 2010, pela criação do Comitê Assessor de Planejamento (Deliberação COEPEA 51/2010), com atribuições de elaborar a proposta dos Planos Institucionais e acompanhar e avaliar a sua execução. Na mesma reunião foi aprovado o Programa de Avaliação Institucional, que previa para o primeiro semestre de 2010 a realização da autoavaliação institucional. Para isso, foram constituídas as Comissões Internas de Avaliação e Planejamento em todas as unidades acadêmicas e administrativas. Essas comissões tiveram como responsabilidade conduzir as atividades do processo de avaliação e da revisão do PPI e do PDI junto às unidades acadêmicas e administrativas.

O resultado do processo de autoavaliação constituiu um diagnóstico das potencialidades e fragilidades que subsidiaram a revisão do PPI e do PDI.

Em 14 de maio foi nomeado o Comitê Assessor de Planejamento, pela portaria 952/2010, cuja composição buscou a representatividade das áreas do conhecimento e a amplitude das atividades desenvolvidas na Universidade, incluindo servidores técnico-administrativos em educação, docentes, discentes e representantes da sociedade (indicados pelo Conselho de Integração Universidade/Sociedade).

A primeira ação do Comitê foi organizar a metodologia de trabalho para integrar as manifestações da comunidade universitária e da sociedade acerca da Universidade. O Comitê decidiu pela realização de seminários nas unidades acadêmicas e administrativas e com a sociedade, envolvendo as Comissões Internas de Avaliação e Planejamento.

Para orientar as discussões nos seminários internos, o Comitê elaborou um documento constituído por um texto inicial que reafirmou o compromisso social da Universidade como ente público e questões que visavam a estimular os participantes a refletir sobre aspectos relevantes para a elaboração dos Planos Institucionais, com destaque no papel da Universidade Pública para o desenvolvimento do país; nos valores a serem construídos nas relações entre os segmentos da comunidade universitária e com a sociedade; nos perfis de servidores e de estudantes, necessários para o cumprimento do respectivo papel e nos princípios que devem orientar o ensino, a pesquisa e a extensão na Universidade Pública. O referido documento também instigou a responder sobre o papel a ser desempenhado pela Universidade, a médio e longo prazos (quatro e doze anos), identificando oportunidades e desafios externos considerando as conjunturas global, nacional, regional e local, e o ambiente interno, com suas potencialidades e fragilidades.

No período de setembro a novembro de 2010, as unidades acadêmicas realizaram seminários elaborando relatórios com as suas manifestações, encaminhados ao Comitê.

Em 15 de outubro foi realizado o seminário com a sociedade, com o tema “A FURG que você quer e ajuda a construir”, propondo uma reflexão sobre a missão e fins da Universidade. Foi solicitada a manifestação sobre questões referentes ao papel da Universidade no desenvolvimento da sociedade; às ações a realizar para consolidar o cumprimento da sua missão e ampliação da sua contribuição no desenvolvimento da região e do país; e às formas de contribuição da sociedade para que a Universidade cumpra o seu papel social.

Em 21 de outubro foi realizada reunião com representantes dos diretórios acadêmicos, para esclarecimentos e motivação para participação dos estudantes no processo.

Nos dias 8 e 9 de novembro, foi realizado o Seminário da Reitoria, reunindo todas as unidades administrativas, no qual se refletiu sobre os mesmos temas abordados nas unidades acadêmicas.

Concluído o ciclo de seminários, a partir de dezembro de 2010, com base nos relatórios apresentados, o Comitê de Planejamento passou a se reunir semanalmente, analisando criteriosamente a documentação, categorizando e estruturando pré-propostas de PPI e PDI. Durante esse período, como forma de qualificar a proposta, o Comitê buscou assessoramento de diversos membros da comunidade universitária, em aspectos específicos.

Concluindo esta etapa, em 12 de setembro o Comitê estabeleceu a data de 23 de setembro para realização do seminário de apresentação da proposta de PPI e PDI à comunidade, resgatando o compromisso assumido no início do processo.

A realização do seminário contou com a participação da comunidade interna e externa no CIDECSul. Após a apresentação da proposta do PPI e PDI, foi aberto o prazo de duas semanas para a realização de contribuições pela comunidade interna e externa. Encerrado o prazo, as contribuições foram analisadas pelo Comitê Assessor de Planejamento, em reunião realizada no dia 21/10/2011. Após análise, o Comitê definiu as alterações a serem realizadas no documento (PPI e PDI).

O PPI 2011-2022 discutido e elaborado em articulação com PDI estabelece: filosofia; missão; visão; diretrizes; princípios orientadores do ensino, da pesquisa e da extensão; perfil dos servidores; perfil dos estudantes; avaliação e planejamento; e objetivos estratégicos que orientam as ações da Universidade para um planejamento de longo prazo. O PPI, embora com visão de 12 anos, pressupõe uma avaliação periódica vinculada as revisões obrigatórias a cada quadriênio do PDI.

Caracterizado por uma construção conjunta com o PPI e com uma projeção de 12 anos, o PDI 2011-2022 procurou preservar as características de simplicidade e objetividade que caracterizam o PDI 2007-2010, com a definição de Objetivos e Estratégias, remetendo-se para os Planos de Ação Anuais o detalhamento das metas a serem alcançadas em cada período.

O PDI 2011-2022 preserva a existência de Programas, agora em maior número, com finalidades previamente definidas e com definição das Unidades que serão responsáveis pela sua plena execução e prestação de contas ao final de cada exercício. Os trinta e dois Programas Institucionais são consequência direta dos Objetivos e Estratégias do PDI, e representam ações permanentes a serem contempladas durante o período de sua vigência.

Cumpridas todas estas etapas o Comitê Assessor de Planejamento entendeu que o trabalho de atualização do PPI e do PDI encontrava-se pronto, encaminhando-o a apreciação da autoridade máxima da Instituição.

A proposta final foi encaminhada ao Conselho Universitário, sendo aprovada por unanimidade em reunião realizada no dia 16/12/2011, conforme Resolução nº 016/2011 - CONSUN.